

Building the way

**AS LÍNGUAS DE SINAIS E A ETIQUETA SOCIAL:
DISCUTINDO A INTERSECIONALIDADE DE
PRECONCEITOS**

***SIGN LANGUAGES AND SOCIAL ETIQUETTE: DISCUSSING
THE INTERSECTIONALITY OF PREJUDICES***

Sílvia Andreis-Witkoski¹ 

Inacio Gonçalves Neves² 

RESUMO

Nos estudos linguísticos contemporâneos é amplamente aceito que não existe uma língua ou variação melhor do que a outra, e atitudes negativas em relação a algumas dessas variações constituem o preconceito linguístico. Entende-se que a incidência deste é ainda maior em relação às Línguas de Sinais, principalmente por sua modalidade, as quais, frequentemente são consideradas inferiores às orais, bem como seus usuários, perspectivados como inferiores em relação aos ouvintes. Assim, considera-se a existência de um preconceito interseccional entre a modalidade linguística dessas línguas e a etiqueta social, similar ao que recai sobre as variantes faladas pelas classes sociais menos favorecidas, que, em geral, ocupam posições de trabalho manual, e também não cumprem rígidas regras de comportamento. No presente artigo, advoga-se a existência dessa interseccionalidade de preconceito entre as Línguas de Sinais e a etiqueta social, em virtude dos padrões estabelecidos, pois, em função de serem línguas sinalizadas, utilizando as mãos, o corpo e as expressões no lugar da oralidade, cria-se uma desarmonia com um comportamento idealizado pela elite, a qual incluiu, entre outros condicionamentos, o suposto “jeito certo” de falar e o uso de expressões e gestos “refinados”, das

¹Doutora e pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Professora surda associada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

silviaa@utfpr.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/7927761622443244>

<https://orcid.org/0000-0003-1196-9426>

²Graduação em Licenciatura em Letras Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Bolsista do PIBID

inacogneves@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1160619101199322>

<https://orcid.org/0009-0009-7043-8749>

Building the way

alardeadas “boas maneiras”. Desta feita, a interseccionalidade referida constitui-se no problema em análise, na medida em que se acredita ser um dos fatores que fazem perpetuar os preconceitos em relação aos sujeitos surdos, porque dificultam o reconhecimento do status linguístico das Línguas de Sinais. Por tal, o objetivo, ao debruçar-se sobre a temática, é ampliar a consciência acerca da gênese dos preconceitos, por entender-se que esse é o primeiro passo para desconstruí-los.

PALAVRAS-CHAVE: Língua de Sinais; Preconceito; Etiqueta Social; Interseccionalidade.

ABSTRACT

In contemporary linguistic studies it is widely accepted that there is not a language or variation better than another, and a negative attitude towards some of these variations constitute linguistic prejudice. Such prejudice is understood to be more notable towards Sign Languages and their users, commonly regarded as inferior to their oral and hearing counterparts, which is mainly due to the modality of Sign Languages. Therefore, the existence of an intersectional prejudice between the linguistic modality of these languages and social etiquette is considered, similar to the prejudice that affects the varieties spoken by lower social classes which, in general, fuel manual labor workspaces, and also do not comply with strict behavioral social norms. In this work, the existence of this intersectional prejudice between Sign Languages and social etiquette is advocated, considering that the aforementioned social norms do not accommodate the usage of hands, body and expression common in Sign Languages instead of orality. This way of communication generates disharmony to the behavior idealized by the elite, that includes a supposed “right way” of speaking and the use of “refined” expressions and gestures that come from the overrated “good manners”. Therefore, intersectionality binds itself into the question, in the sense that it may be one of the factors that perpetuate prejudices against deaf subjects because they hinder the perception of Sign Languages as whole languages. For that reason, the objective of this work is to broaden the consciousness around the origin of prejudices, taking in consideration that such a goal is the first step towards debunking them completely.

KEYWORDS: Sign Language; Prejudice; Social Etiquette; Intersectionality.

Building the way

Considerações iniciais

Dentro dos estudos linguísticos contemporâneos, é amplamente aceito que inexiste uma língua ou variação melhor que a outra (Terra, 2018, p. 166 *apud* Andriollo, 2023, p. 18; Moraes, 2019, p. 55; Sanzone, 2021, p. 32) – todas cumprem suas funções comunicativas no universo de seus falantes. Todavia, quando elas se realizam efetivamente como vernáculo, a desigualdade dos sujeitos sociais (com base em classe, raça, gênero etc.) faz com que a língua utilizada por eles seja mais ou menos prestigiada. Em outras palavras, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ os seus falantes na sociedade, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (Gnerre, 1991, p. 6-7).

A atitude negativa em relação às línguas ou variedades consideradas inferiores é o que se entende por preconceito linguístico. Andriollo (2023, p. 31) entende que o efeito do preconceito é o de inibição do indivíduo, que o desconecta do contato com seus direitos básicos e, por consequência, inviabiliza o desenvolvimento de sua capacidade crítica. A situação é ainda mais grave quando se consideram as comunidades sinalizantes da Língua de Sinais. Somados ao preconceito em relação à sua língua, frequentemente considerada inferior às línguas orais (Lane, Pillard e Hedberg, 2011, p. 50), os surdos sofrem com o preconceito ligado à sua própria existência, muitas vezes tratada como “anormal”.

No presente artigo, entende-se que o preconceito existente em relação às línguas, de acordo com o valor atribuído aos seus respectivos falantes, incide em maior grau no que se refere às Línguas de Sinais, especialmente por sua modalidade linguística: visual-espacial.

Considera-se haver um preconceito interseccional entre a modalidade dessas línguas de modo similar às exigências da etiqueta

Building the way

social, que recai sobre as classes sociais menos favorecidas, as quais, em geral, ocupam posições de trabalhos manuais e não cumpririam as regras estabelecidas pela elite, com relação a parâmetros de comportamento, expressão e comunicação.

Desse modo, observa-se que historicamente as desigualdades humanas se expressavam nos costumes, como na maneira de comer, de vestir e de falar. É inegável considerar a existência de uma etiqueta social que, em seu cerne, estabelece um tipo idealizado de comportamento das pessoas na sociedade, distinguindo-as entre as classes, como marcadores de pertencimento. Sobre tal, ressalta-se que foi na Idade Média que “ditou-se o comportamento sociável ‘correto’”, ou seja, a maneira ideal de se portar, e isso significava uma barreira imposta pelas cortes, que ficou mais evidente depois da ascensão de a burguesia a dominar para ser incluída como educada e diferente da plebe” (Lavagnoli, 2023, p. 41).

Contudo, há de se considerar que se os ouvintes, no decorrer da história, fizeram uso da etiqueta social para se distinguirem, os surdos sinalizantes, ainda que muitos já tenham uma condição financeira bastante privilegiada, ficam à margem de usufruírem da distinção dada pelo uso da linguagem verbal e expressão corporal, igualmente estabelecidas como padrão nas regras de etiqueta da elite. Isso porque a forma de “se portarem” destoaria com o que é considerado ideal, no que se refere, em especial, ao uso de gestos e expressões contidas. Acerca dos gestos, observa-se que a Língua de Sinais ainda continua, por uma parcela significativa da sociedade, sendo perspectivada como uma linguagem composta de meros gestos.

Reitera-se que a conjugação referida é bastante factível se for considerado o fato de essas línguas serem visual-espaciais, o que lhes alicerça até os dias atuais, no senso comum, o atributo de uma “linguagem feia”. Isso posto, entende-se viável o estabelecimento dessa

Building the way

interseccionalidade entre o preconceito linguístico existente em relação à Língua de Sinais e à etiqueta social da elite, na medida em que o preconceito nunca é somente linguístico: ele tem base na diferença em marcadores sociais. Assim, “[...] as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins, Bilge, 2021, p. 16).

Com mais discernimento acerca da gênese que constrói o preconceito, mais fácil é observar como eles permeiam discursos desumanizantes, no âmbito individual, coletivo e governamental, problematizando, assim, a referida interseccionalidade e acreditando ser esse o primeiro passo para desconstruí-los. Dessa forma, mais portas são abertas para seu questionamento e reversão em práticas de educação linguística, que valorizam e legitimam diferentes formas de expressão (Andriollo, 2023, p. 5), as culturas e identidades vinculadas a elas e, por consequência, a miríade de cosmovisões que constituem uma sociedade plural por excelência.

Etiqueta social *versus* surdos sinalizadores

Historicamente, a sociedade da corte foi marcada por um comportamento que as distinguiu dos demais segmentos sociais. A etiqueta social da corte constituía-se em um capital cultural que legitimava sua posição, sendo, conforme apontado por Lucas (2014, p. 121), como “um instrumento de superioridade e/ou afirmação. [...] usada pelo rei como forma de humilhação da nobreza”. Desta feita, para adentrá-la, os burgueses, além do poder aquisitivo, precisavam se enquadrar no perfil exigido por suas práticas de modos e costumes “mais refinados”, a fim de, obviamente, ficarem mais próximos dos nobres, assim como distanciarem-se do proletariado. Vale ressaltar que apenas

Building the way

uma classe privilegiada economicamente conseguia acessar esses códigos e condutas como capital cultural legítimo.

E é a partir desse entendimento, de que haveria “boas maneiras” a serem seguidas, que, segundo Alves e Becker (2019, p. 2), os manuais de etiqueta passaram a ganhar visibilidade, estabelecendo um controle sobre os corpos, do que é permitido ou não, para se destacar socialmente. Nesse caso, observa-se, inclusive no Brasil do século XIX, que tais manuais se tornaram uma realidade, pois, segundo Campos (2007, p. 1 *apud* Lavagnoli, 2023, p. 52), em 1808, com a vinda da Corte Portuguesa, estes iriam impulsionar a transformação da sociedade com poder aquisitivo do Rio de Janeiro, já que, com “a leitura dos manuais, muitos membros da ‘boa sociedade’ brasileira pretendiam nivelar-se a seus pares europeus e distinguir-se do resto da população”.

Entende-se a importância da etiqueta social da elite em Pierre Bordieu (2008), o qual, ao discorrer sobre o capital cultural, enfatiza seu o papel de multiplicar privilégios e estabelecer uma separação social. Assim, trata-se de um conjunto de bens simbólicos que o sujeito possui, os quais abrangem conhecimentos, gostos, modos de falar, entre outros, mas especificamente das classes dominantes que constituem o capital legítimo, demarcando uma distinção social e favorecendo aqueles que o possuem, enquanto marginaliza os que estão à sua margem.

Nesta perspectiva, considera-se que historicamente os sujeitos provenientes de uma origem menos favorecida deveriam recorrer às normas de etiqueta da elite para facilitar a mobilidade social e alcançar posições de prestígio. Entretanto, conjectura-se que os surdos sinalizantes encontram mais um elemento que reforça o preconceito existente em relação às Línguas de Sinais, em razão de sua modalidade linguística ser visual-espacial e “ter como principal meio de produção as mãos, que articuladas a partes do corpo, produzem a discursividade nos espaços”

Building the way

(Nascimento; Daroque, 2027, p. 47) e, assim, não combinaria com a etiqueta da elite de gestos e expressões contidas, dos costumes apontados como “mais refinados”. Nesse sentido, vale lembrar que um dos mitos em relação às Línguas de Sinais é justamente de que ela é formada apenas por gestos.

Para exemplificar, nas Língua de Sinais, como na Língua Brasileira de Sinais (Libras), o sistema pronominal “se efetiva por meio do processo de apontar, para o referente, com o dedo indicador, introduzindo no espaço através da apontação em diferentes locais” (Andreis-Witkoski, 2015, p. 151). Essa característica não se harmonizaria com as regras de etiqueta utilizadas por ouvintes, pois para eles:

Trata-se de uma prática que tende a causar certo desconforto aos ouvintes, porque, diferentemente da cultura surda, na qual a apontação faz parte do processo de comunicação, na ouvinte, se alguém apontar para o seu referente enquanto fala por meio da língua oral, é considerado, no mínimo, uma postura deselegante (Andreis-Witkoski, 2024, p. 3).

A interseccionalidade do preconceito entre as Línguas de Sinais, diante da improbabilidade de combiná-las com a etiqueta social da elite e, por conseguinte, com seus sujeitos, pode ser reforçada pela insistência histórica da oralização da criança surda com a simultânea proibição do uso da Língua de Sinais, subtraindo-se dela o direito a sinalização. Por meio dessa opção exclusiva da oralização, pode-se afirmar ser uma tentativa de aproximá-la, não apenas do modelo ouvinte de ser, mas doutriná-la a assimilar também a etiqueta social da elite. Assim, a priori, supõe-se que, entre as razões que fazem pais optarem unicamente pela oralização de seus filhos, está o fato de que muitas famílias ainda priorizariam o acesso ao capital cultural da elite, legitimado, inclusive, em torno das regras de etiqueta social que devem ser cumpridas para serem

Building the way

aceitos entre eles, independentemente dos prejuízos já conhecidos de não se ter acesso à Língua de Sinais desde a tenra idade.

Nesse aspecto, reforça-se que a despeito dos surdos alcançarem a independência econômica, ainda estão distantes da maioria dos bens culturais da elite, seja por não estarem acessíveis em sua língua, seja por não serem respeitadas suas singularidades visuais, e, quando não oralizam, não são plenamente aceitos nos mesmos ambientes da elite ouvinte, exceto em situações de concessões, geralmente associadas a uma benevolência. Portanto, é irrefutável o quanto a presença de surdos sinalizantes nesses eventos da elite ouvinte causa desconforto. Esse mal-estar deriva, entre outros fatores, da modalidade linguística utilizada por eles, em uma leitura marcada pela falta de conhecimento em relação às Línguas de Sinais e seus usuários, ou seja, os surdos sinalizantes violariam as regras da etiqueta, na qual vigora o uso contido das expressões e gestos.

Compactuam nesse processo de preconceito o fato de que a sociedade ouvinte não reconhece a cultura surda, de modo que a grande maioria entende que sua forma visual diferenciada de se relacionarem com o mundo deriva-se de uma questão patológica, de um corpo biológico com defeito, desconhecendo que “Muitas pessoas surdas vivenciam a surdez não como uma ausência, mas como uma presença. A surdez é uma cultura e uma vida, uma linguagem e uma estética, uma fisicalidade e uma intimidade diferente de outras” (Solomon, 1087, p. 80 *apud* Nascimento, 2023, p. 32).

Dessa maneira, é irrefutável considerar que a sociedade ouvinte majoritária apresenta resistência em relação às singularidades de ser surdo, e essa “estética” não se reflete de modo positivo, talvez por não se harmonizar com a etiqueta social da elite. Assim, perdura uma tendência de se submeter as crianças surdas exclusivamente ao processo de

Building the way

oralização, negando-lhes o acesso à Língua de Sinais, apesar de todos os benefícios comprovados para seu desenvolvimento pleno, na medida em que essas, “além da função comunicativa, tem, como as línguas orais, uma função constitutiva, pois se prestam a organizar a percepção de si próprio no mundo” (Nascimento, 2023, p. 28).

Modalidade linguística e preconceito

Apesar de Saussure (*apud* Quadros; Karnoop, 2007, p. 30) afirmar que “a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundário no problema da linguagem”, ainda assim advoga-se que a resistência em relação à aceitação da Língua de Sinais, de reconhecer o seu status linguístico, tem em seu bojo o fato da sua modalidade não ser oral-auditiva. Desta feita, conforme apontado por Andreis-Witkoski:

[...] evidencia-se que o fator preponderante para se qualificar as línguas tem como primeiro critério avaliativo a modalidade utilizada. Isso explicita que as Línguas de Sinais, tal qual os seus usuários, continuam a ser perspectivados como inferiores, o que respalda essa hierarquização que impõe uma suposta superioridade das línguas orais em relação às sinalizadas (Andreis-Witkoski, 2025, p. 3).

Reforça-se o presente argumento por meio de Skliar (1998), que afirma que ainda há fortes resquícios da concepção aristotélica, a qual traz a “ideia da superioridade do mundo das ideias, da abstração e da razão – representada pela palavra – em oposição ao mundo concreto e do material – representada pelo gesto” (Skliar, 1997, p. 109). Para o autor, o preconceito que recai sobre as Línguas de Sinais faz-se maior do que os das línguas orais ao deflagrar o fato de que, nos Estados Unidos, a Língua de Sinais Americana (ASL) é a terceira língua mais utilizada no país, por mais que não possua o mesmo status que o espanhol, o chinês ou o

Building the way

francês. A situação repete-se, ainda segundo Skliar (1998), ao resgatar que a Língua de Sinais Britânica (BSL) é utilizada pelo mesmo número de sujeitos que falam o galês como primeira língua e, apesar de ambas serem minorias, não são igualmente consideradas, reforçando a tese de que o uso das mãos como meio de expressão comunicativa, por meio da Língua de Sinais, incorre em uma avaliação social de menor valor.

Tal depreciação em relação aos usuários, assim como das Línguas de Sinais, analogamente também existe em relação aos sujeitos que exercem atividades manuais. Diante do exposto, Ali Khan (2000) assinala que há uma divisão histórica, uma vez que o trabalho manual é desprestigiado, diferentemente do trabalho intelectual; isto é, um vem justamente de um lugar essencialista, segundo o qual existiriam sujeitos nascidos para serem escravos e inatamente incapazes de realizarem esforço intelectual – desconsiderando-se suas condições abjetas de vida.

Nesta perspectiva, é importante a valorização da oralidade histórica, sendo que Aristóteles defendia que se uma pessoa não verbalizasse significava que não possuía linguagem e, tampouco, pensamento, porque, na visão aristotélica, “[...] de todas as sensações, a audição é a que contribui mais para a inteligência e o conhecimento, [...] portanto, os nascidos surdos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”. Logo, pela lógica adotada, não eram reconhecidos como cidadãos, e, por tal, sequer eram direcionados à educação (Veloso; Maia Filho, 2011, p. 28). A partir dessa filosofia, subtraíam-se a humanidade e os direitos da comunidade surda.

Vale ressaltar que, como não eram vistos como cidadãos, por serem considerados incapazes e desprovidos de inteligência, também não estavam habilitados a serem incluídos no testamento. Esse fator, para as famílias nobres, constituía-se em um grande problema, já que colocava toda a riqueza da família em risco, no caso de seus primogênitos surdos

Building the way

não poderem receber a herança. Assim, a “solução” encontrada deu-se a partir da criação do Código Jurídico do Imperador Justiniano, no ano de 529, que estabeleceu que os surdos que fossem oralizados, isto é, que aprendessem a falar, para, então, terem direito de receber herança (Andreis-Witkoski, 2015). Desta forma, esse direito foi condicionado à habilidade de falar a língua oral e, por conseguinte, de camuflar-se como ouvinte, cumprir as regras de etiqueta da nobreza, as quais obviamente incluía um ritual de comportamento para além da forma de falar, mas expressa também em gestos e expressões contidos.

Desse modo, discorda-se do argumento tecido por Saussure, citando Whitney (*apud* Quadros; Karnoop, 2007, p. 30), ao discutir a característica articulatório-perceptual das Línguas de Sinais:

[...] a língua, uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, **é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal** como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas [grifo dos autores].

Aqui advoga-se que, de forma alguma a escolha pela modalidade oral constituiu-se em uma opção fruto do “acaso e por simples razões de comodidade”. Ao contrário, considera-se proposital, coadunando-se com a natureza intrínseca de busca por diferenciação entre os que se elegem como superiores e, por tal, precisam marcar no outro uma suposta inferioridade para validar sua identidade, naturalizando seus privilégios. Assim, como se constitui uma valoração diferente da divisão do trabalho entre o manual e intelectual, acredita-se que a opção pela oralidade, em seu bojo, está impregnada de preconceito em relação à característica manual e visual das Línguas de Sinais, por sua modalidade. Nesse sentido, corrobora-se com o argumento tecido pela pesquisadora surda

Building the way

Andreis-Witkoski (2009), de que há uma naturalização da modalidade oral-auditiva, uma vez que a

[...] comunicação linguística continua a ser percebida por muitas pessoas como característica que identifica os seres humanos, distinguindo-os dos animais, classificados como irracionais. Tamanha é essa referência que por muito tempo – e ainda hoje, segundo vivências relatadas por amigos surdos, ao se comunicarem por meio de Libras em um ambiente ocupado predominantemente por ouvintes, seu uso é referido como “coisa de macaco”. Mesmo não tendo passado por situação explícita de discriminação como essa, ao conversar com amigos surdos pela Língua de Sinais percebo o preconceito em sua versão sutil: nos olhares, no quanto parecemos exóticos sendo imensamente observados, disfarçadamente (Andreis-Witkoski, 2009, p. 566).

Considerações finais

No presente artigo, apontou-se para uma interseccionalidade de preconceito existente entre as Línguas de Sinais e a etiqueta social decorrente de suas modalidades linguísticas. Destacou-se que as regras de etiqueta social, que idealizam e estabelecem o jeito certo de falar e o uso de gestos e expressões de modo “refinado”, não se harmonizam com a comunicação das Línguas de Sinais, visto que essa modalidade usa justamente as mãos e as expressões na sinalização.

De forma análoga, associa-se que a interseccionalidade referida tem a mesma natureza observada nas variantes linguísticas orais dos trabalhadores manuais. Deve-se recordar que, no cerne da divisão entre o trabalho intelectual e o manual está impregnado o preconceito, tal qual apontado por Ali Khan (2000), em que o primeiro é atribuído aos que pretensamente teriam nascido para serem livres, enquanto o segundo grupo estão os destinados a serem escravos. Aí estaria a nascente do preconceito referente às variantes faladas pelos que exercem atividade manual.

Building the way

Assim, entende-se que esse desprezo pelas variantes linguísticas faladas por sujeitos que exercem atividade manuais, inclusive a depreciação dos próprios indivíduos, não bem-recebidos em espaços na classe social privilegiada, por falta de recursos financeiros e de não dominarem sua forma de falar, comportamento, gostos, entre outros fatores, incide também em relação aos surdos sinalizantes, pela sua modalidade linguística.

Diante das nefastas consequências que recaem sobre a vida do sujeito surdo, bem como dos resultados dos processos interseccionais e dos preconceitos que se perpetuam, torna-se necessário debruçar-se sobre os prejuízos ainda vigentes em relação às Línguas de Sinais, à sua modalidade linguística e às etiquetas a elas impostas. Para tanto, é imprescindível trazer à discussão as matrizes que negam o status linguístico dessas línguas e que, assim, alimentam condições persistentes de desigualdade. Nesse sentido, torna-se fundamental desmistificar tais concepções para, então, desconstruí-las.

REFERÊNCIAS

- ANDREIS-WITKOSKI, S. O uso de recursos visuais para estimular a sinalização e a aprendizagem da Libras no ensino superior. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/17531/9997>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- ANDREIS-WITKOSKI, S. A interface da Língua de Sinais e a pessoa surda. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 10, p. 1-15, 2025. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/20159>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- ANDREIS-WITKOSKI, S. **Introdução à Libras: língua, história e cultura**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1598/2/libras.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

Building the way

ANDREIS-WITKOSKI, S. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6ptNkpmYjjqs8VB6p4hvGRd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2026.

ANDRIOLLO, B. I. **Preconceito linguístico**: uma análise do estado da arte. Joinville: Clube de Autores, 2023.

ALVES, G. R. A; BECKER, E. L. S. Manuais de etiqueta e sua importância na formação das mulheres. **ACTA SCIENTIARUM. HUMAN AND SOCIAL SCIENCES**, v. 41, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/48937>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LANE, H.; PILLARD, R.; HEDBERG, U. **The People of the Eye**: Deaf ethnicity and ancestry. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LAVAGNOLI, L. A. F. **Etiqueta social e desenvolvimento humano**: uma releitura na perspectiva da inclusão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Campo Grande, MS. 2023, 72 p. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1044285-dissertacao-laura-pdf.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LUCAS, C, da F. Resenha do livro A sociedade de corte, de Elias Norbert. **Revista EDUC**, v. 1, n. 2, p. 121-122, jul./dez. 2014. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608150126.pdf. Acesso em: 24 jan. 2026.

MORAES, V. S. **As histórias em quadrinhos como ferramenta para a abordagem da variação linguística nas aulas de língua portuguesa**. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_b6b66185a18f987535fb28f6062fc798. Acesso em: 20 jan. 2026.

NASCIMENTO, L. C. R. O que a surdez diz à psicanálise a partir da narrativa da criança. In: NASCIMENTO, L. C. R. (org.). **Surdez**:

Building the way

subjetividades em pauta. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2023, p. 15-40.

NASCIMENTO, V.; DAROQUE, S. C. Língua oral-auditiva e língua gesto-visual. In: LACERDA, Cristina B. F. et al. (org.) **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: InterSaberes, 2019, p. 45-68.

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANZONE, A. **Translinguagem entre o Inglês e o Italiano: imersão de aprendizes brasileiros na Sicília**. 2021. 65 f. TCC (Graduação) – Curso de Letras Português/Inglês, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://ri.uepg.br/monografias/handle/123456789/113>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística**. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 7-14.

SKLIAR, C. **La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica**. Mendoza: EdiUNC, 1997.

VELOSO, E.; MAIA FILHO, V. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. 4. ed. Curitiba: Mãos Sinais, 2011. v. 1.